

Setembro de 2022

Critérios de Avaliação e de Classificação do Agrupamento



AGRUPAMENTO D. AFONSO III FARO

ÍNDICE

1.	INTRODU�O	2
2.	OBJETO DA AVALIA�O	5
3.	INTERVENIENTES	6
4.	MODALIDADES DE AVALIA�O	7
4.1	Avalia�o Formativa	7
4.2	Avalia�o Sumativa	8
5.	EFEITOS DA AVALIA�O SUMATIVA	9
5.1	Na Educa�o Pr�-Escolar	9
5.2	No Ensino B�sico	10
6.	CRIT�RIOS GERAIS	12
7.	REFERENCIAL PARA ATRIBUI�O DE N�VEIS DE CLASSIFICA�O	13
7.1	Terminologia classificativa	13
7.2	Cr�terios de classifica�o	14
8.	CRIT�RIOS DE AVALIA�O ESPEC�FICOS	14
9.	CRIT�RIOS GERAIS DE AVALIA�O PARA OS ALUNOS COM MEDIDAS SELETIVAS OU ADICIONAIS ABRANGIDOS PELO DECRETO-LEI N�54/2018	15

1. INTRODU O

O presente documento define os princípios que regulam o processo de avalia o pedagógica dos alunos do Agrupamento de Escolas D. Afonso III, estabelecendo as orienta es e os procedimentos a observar na avalia o das aprendizagens, de acordo com a seguinte legisla o e documentos orientadores:

- Lei n.  51/2012, de 5 de setembro (Estatuto do Aluno e  tica Escolar)
- Despacho n.  6173/2016, de 10 de maio (Estratégia Nacional de Educa o para a Cidadania)
- Despacho n.  9180/2016, de 19 de julho (Orienta es curriculares para a educa o pré-escolar)
- Despacho n.  6478/2017 de 26 de julho (Perfil dos Alunos   Saída da Escolaridade Obrigatória)
- Decreto-Lei n.  54/2018, de 6 de julho (Educa o Inclusiva)
- Decreto-Lei n.  55/2018, de 6 de julho
- Despacho n.  6944-A/2018, de 19 de julho (Aprendizagens Essenciais)
- Portaria n.  223-A/2018, de 3 de agosto
- Despacho n.  6605-A/2021, de 6 de julho (Referenciais Curriculares + Aval. Externa)
- Resolu o do Conselho de Ministros n.  90/2021, de 7 de julho
- Plano 21/23 Escola +
- Planear e Avaliar na Educa o Pré-Escolar (SEE e DGE, 2021)
- Ofício Circular n.  17/DSDC/DEPEB/2007, de 17 de outubro da DGIDC
- Projeto Educativo do Agrupamento D. Afonso III 2021/2025
- Regulamento Interno do Agrupamento D. Afonso III

A avalia o pedagógica   um processo regulador do ensino e da aprendizagem, orientador do percurso escolar dos alunos e certificador das aprendizagens realizadas, nomeadamente dos conhecimentos adquiridos e das capacidades e atitudes desenvolvidas, no âmbito das áreas de competências inscritas no Perfil dos Alunos   Saída da Escolaridade Obrigatória.

  conce o, operacionaliza o e avalia o das aprendizagens do currículo do ensino básico, assente numa defini o curricular comum nacional, presidem vários princípios orientadores. No quadro síntese que a seguir se apresenta, estão elencados os Princípios de Avalia o e Classifica o e as estratégias para a operacionaliza o dos mesmos:

<p>PRINC�PIO DA TRANSPAR�NCIA</p> <p>A avalia�o tem de ser discutida e participada com os alunos e partilhada com os encarregados de educa�o, devendo ser clara nos seus prop�sitos, m�todos e objetos</p>	<ul style="list-style-type: none">● Os alunos devem ser envolvidos na defini�o de crit�rios recorrendo, por exemplo, a rubricas de avalia�o em, pelo menos, uma tarefa proposta em cada per�odo;● Os diretores de turma / professores titulares devem dar a conhecer aos encarregados de educa�o os princ�pios da avalia�o e de classifica�o definidos pelo agrupamento, no in�cio de cada ano letivo;● Cada professor, no in�cio do ano letivo, analisa com os alunos os crit�rios de avalia�o e classifica�o da sua disciplina;● O professor deve promover momentos de balan�o do processo de avalia�o, pelo menos no fim e / ou no in�cio de cada per�odo.
<p>PRINC�PIO DA POSITIVIDADE</p> <p>Aos alunos deve ser dada a possibilidade de demonstrar o que sabem e o que conseguem fazer, seja pela cria�o de novas oportunidades, seja pela diversifica�o da natureza das tarefas</p>	<ul style="list-style-type: none">● Os professores devem fornecer feedback de qualidade, formal ou informal, dando novas oportunidades de aprendizagem aos alunos antes do processo de classifica�o;● Os alunos devem valorizar todas as oportunidades de aprendizagem e de avalia�o;● Os professores devem propor uma atividade/tarefa que permita aos alunos mostrarem o que sabem e o que s�o capazes de fazer, podendo envolver outros intervenientes.

<p>PRINCÍPIO DA MELHORIA DA APRENDIZAGEM</p> <p>A principal modalidade de avaliação é a formativa – é um processo eminentemente pedagógico e tem por objetivo primordial a melhoria da qualidade das aprendizagens dos alunos e não a sua classificação</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Os professores devem desenvolver tarefas que promovam a auto e a heteroavaliação das aprendizagens dos alunos e que incluam os princípios transversais de avaliação e classificação; ● Os professores devem fornecer um feedback de qualidade com frequência, tendo por base as rubricas de avaliação e outros instrumentos de natureza formativa; ● Os professores devem propor aos alunos, sempre que se afigure necessário, a reformulação e melhoria de um trabalho individual e/ou de grupo, após feedback; ● Os alunos devem assumir o compromisso de se envolverem ativamente na melhoria das suas aprendizagens; ● Os encarregados de educação devem ter um papel interventivo na melhoria da aprendizagem dos seus educandos; ● A progressão/evolução dos alunos deve, imperativamente, ser considerada no processo de classificação final (período/ano) dos alunos; ● A autoavaliação deve ocorrer ao longo do período, de forma a promover a autorregulação por parte do aluno.
<p>PRINCÍPIO DA INTEGRAÇÃO CURRICULAR</p> <p>Os processos de avaliação de ensino e de aprendizagem devem ser um só. Todas as tarefas propostas devem servir para os alunos</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Os professores devem propor tarefas que permitam, simultaneamente, aprender, ensinar e avaliar (a criação de rubricas para as tarefas pode facilitar este processo de integração de ensino-aprendizagem-avaliação); ● As dinâmicas de trabalho em sala de aula devem também ser diversificadas, assim como a avaliação, por forma a que os alunos participem ativamente nas mesmas; ● Os Conselhos de Turma/Ano devem dinamizar, no mínimo, dois trabalhos de projeto de natureza.

aprenderem, os professores ensinarem e ambos avaliarem (antes da classifica�o)	interdisciplinar em cada ano letivo, devendo todas as disciplinas participar, pelo menos num deles. (e.g. no �mbito dos dom�nios da Cidadania e Desenvolvimento).
PRINC�PIO DA DIVERSIFICA�O Os professores t�m de recorrer a diferentes t�cnicas de recolha de dados, para que haja rigor e fiabilidade no processo de avalia�o	<ul style="list-style-type: none">• O professor, por per�odo, deve utilizar diferentes t�cnicas de recolha de dados, diversificando os instrumentos;• Os processos de recolha de informa�o utilizados para a recolha de dados s�o da responsabilidade de cada professor e devem ser utilizados/selecionados de acordo com as caracter�sticas de cada turma e de cada aluno;• A pondera�o dos dom�nios/temas � da responsabilidade de cada grupo disciplinar, constando estes do modelo comum de cr�terios de avalia�o e classifica�o.

2. OBJETO DA AVALIA O

De acordo com o art.  16.  da Portaria n.  223-A/2018 de 3 de agosto:

- A avalia o deve incidir sobre as aprendizagens desenvolvidas pelos alunos, tendo por referência as Aprendizagens Essenciais, que constituem orienta o curricular base, com especial enfoque nas áreas de competências inscritas no Perfil dos Alunos   Saída da Escolaridade Obrigatória;
- A avalia o   contínua e sistemática e fornece ao professor, ao aluno, ao encarregado de educa o e aos restantes intervenientes, informa o sobre o desenvolvimento do trabalho, a qualidade das aprendizagens realizadas e os percursos para a sua melhoria;
- As informaçoes obtidas em resultado da avalia o permitem a revisão do processo de ensino e de aprendizagem.

- A avalia o certifica as aprendizagens realizadas, nomeadamente os saberes adquiridos, bem como as capacidades e atitudes desenvolvidas no âmbito das áreas de competências inscritas no Perfil dos Alunos   Saída da Escolaridade Obrigatória.

Conclui-se assim que o objeto da avalia o   o conjunto comum de conhecimentos a adquirir, identificados como os conteúdos relevantes e significativos de diferentes disciplinas, articulados com capacidades e atitudes a desenvolver, obrigatoriamente, nessas áreas disciplinares (Aprendizagens Essenciais e áreas de Competências).

3. INTERVENIENTES

De acordo com a Portaria n.  223-A/2019 de 3 de agosto, o processo avaliativo incide sobre as aprendizagens desenvolvidas pelos alunos, tendo como referência para a sua orienta o curricular as Aprendizagens Essenciais e com enfoque nas áreas de competências inscritas no Perfil dos Alunos   Saída da Escolaridade Obrigatória.

Aos professores compete recolher, de forma sistemática, as informa es e evidências de aprendizagem, com base numa diversidade de processos de recolha de informa o. Compete-lhes, ainda, a partir das informa es recolhidas, fornecer feedback referente ao desempenho dos alunos, ajustar o ensino, a aprendizagem e a avalia o às necessidades dos alunos e atribuir as respetivas classifica es.

Compete aos alunos a responsabilidade de se envolverem no processo de ensino-aprendizagem-avalia o, considerando o cumprimento do dever de acordo com o estipulado com os normativos legais e os documentos orientadores do Agrupamento. O aluno deverá, com a orienta o do professor, autorregular o seu processo de aprendizagem, identificar dificuldades e áreas de preferência, através do feedback que lhe   facultado frequentemente.

Aos pais e/ou encarregados de educa o,   incumbido o poder-dever de acompanhar os seus educandos no processo ensino-aprendizagem-avalia o, considerando o cumprimento do dever de acordo com o estipulado com os normativos legais e os documentos orientadores do Agrupamento.

 -lhes inerente o desempenho de um papel participativo no acompanhamento no processo de avalia o dos seus educandos, quer através das informa es avaliativas, quer através da participa o nas reuniões promovidas pela escola/contacto próximo com o professor titular de turma / diretor de turma, ou ainda, através do acompanhamento dos registos diários e dos resultados obtidos pelos alunos nas diversas disciplinas.

4. MODALIDADES DE AVALIA O

A avalia o pedagógica compreende as modalidades de avalia o formativa e de avalia o sumativa.

4.1 Avalia o Formativa

A avalia o formativa assume caráter contínuo e sistemático e recorre a uma variedade de processos de recolha de informa o adequados   diversidade das aprendizagens e às circunstâncias em que ocorrem, permitindo ao professor, ao aluno, ao encarregado de educa o e a outras pessoas ou entidades legalmente autorizadas obter informa o sobre o desenvolvimento da aprendizagem (feedback), com vista ao ajustamento de processos e estratégias.

Toda a informa o recolhida na avalia o formativa deverá, acima de tudo, constituir-se um meio pedagógico para ajudar os alunos a desenvolver as suas aprendizagens e competências, pelo que   muito importante ter-se em conta a diversifica o e adequa o dos processos de recolha de informa o. Os elementos recolhidos deverão ser utilizados para distribuir feedback de qualidade aos alunos, de modo a que estes saibam o que se espera deles, em que ponto se encontram e para onde devem dirigir os seus esforços.

A avalia o formativa implica assim uma contínuo interven o pedagógica tendo em vista adequar estratégias, realizar melhorias e acompanhar o percurso das aprendizagens dos alunos, criando condi es, articuladas e consequentes, para produzir juízos globalizantes sobre esses mesmos percursos (avalia o sumativa).

A avalia o formativa deve permitir aos alunos:

- planificar as suas tarefas (através do feed up);

- regular o seu desenvolvimento (através do feed back);
- realizar os ajustamentos necessários (através do feed forward).

O papel do professor deverá ser o de implicar os alunos nos seus processos de aprendizagem, tornando-os participantes ativos e comprometidos. A participa o dos alunos nos processos de avalia o deverá ser contínua, progressiva, diferenciada e criterial.

São exemplos de estratégias para a promo o desta participa o efetiva dos alunos:

- a defini o e clarifica o dos objetivos de aprendizagem e critérios de sucesso;
- a promo o e media o de um diálogo efetivo entre professor e alunos e/ou entre pares na sala de aula e de tarefas de aprendizagem de natureza dialógica; a avalia o pelos pares; a autoavalia o.

4.2 Avalia o Sumativa

A avalia o sumativa traduz-se na formula o de um juízo globalizante sobre a aprendizagem realizada pelos alunos, tendo como objetivos a classifica o e certifica o, e inclui:

- a avalia o sumativa interna, da responsabilidade dos professores e dos órgãos de gestão e administra o do Agrupamento de Escolas D. Afonso III;
- a avalia o sumativa externa, da responsabilidade dos serviços ou entidades do Ministério da Educa o designados para o efeito.

Sendo a avalia o sumativa interna da responsabilidade do Agrupamento, os critérios de avalia o do Agrupamento devem integrar os mecanismos de gestão do Currículo e devem focar-se na monitoriza o contínua das aprendizagens.

A avalia o sumativa dos alunos   feita em conselho de docentes/conselho de turma para atribui o das classifica es qualitativas/quantitativas.

Os alunos com medidas adicionais abrangidos pela alínea b) adapta es curriculares significativas, no âmbito do artigo 10.  do Decreto-Lei n.  54/2018 de 06 de julho, são avaliados de acordo com o definido no Programa Educativo Individual e os critérios específicos definidos para os alunos que beneficiam desta medida.

5. EFEITOS DA AVALIA O SUMATIVA

5.1 Na Educa o Pré-Escolar

Na Educa o Pré-Escolar, a avalia o assume um caráter holístico e contextualizado no processo de desenvolvimento e aprendizagem da criança, devendo verificar-se coerência entre os processos de avalia o e os princípios subjacentes   organiza o e gestão do currículo, definidos nas Orienta es Curriculares para a Educa o Pré-Escolar - OCEPE.

Na Educa o Pré-Escolar, a avalia o tem como finalidades:

- Contribuir para a adequa o das práticas, tendo por base uma recolha sistemática de informa o que permita ao educador regular a atividade educativa, tomar decisões, planejar a a o;
- Refletir sobre os efeitos da a o educativa, a partir da observa o de cada criança e do grupo de modo a estabelecer a progressão das aprendizagens;
- Recolher dados para monitorizar a eficácia das medidas educativas definidas no Programa Educativo Individual (PEI);
- Promover e acompanhar processos de aprendizagem, tendo em conta a realidade do grupo e de cada criança, favorecendo o desenvolvimento das suas competências e desempenhos, de modo a contribuir para o desenvolvimento de todas e de cada uma;
- Envolver a criança num processo de análise e de constru o conjunta, que lhe permita, enquanto protagonista da sua aprendizagem, tomar consciência dos progressos e das dificuldades que vai tendo e como as vai ultrapassando;
- Conhecer a criança e o seu contexto, numa perspetiva holística, o que implica desenvolver processos de reflexão, partilha de informa o e aferi o entre os vários intervenientes – pais, equipa e outros profissionais – tendo em vista a adequa o do processo educativo.

5.2 No Ensino Básico

A evolu o do processo educativo dos alunos no ensino básico assume uma lógica de ciclo, progredindo para o ciclo imediato o aluno que tenha adquirido os conhecimentos e desenvolvidas as capacidades definidas para cada ciclo de ensino.

De acordo com o art  31  da Portaria 223-A/2018 de 3 de agosto, a avalia o sumativa permite uma tomada de decisão sobre a:

- Transi o ou não transi o no final de cada ano não terminal de ciclo;
- Aprova o ou não aprova o no final de cada ciclo;
- Renova o de matrícula;
- Certifica o de aprendizagens.

No ponto 2 do mesmo art  refere que para os alunos do 9  ano, a aprova o depende ainda dos resultados das provas do ensino básico.

No ensino básico, devem observar-se as condi es de transi o e de aprova o previstos no art.  32  da Portaria 223-A/2018 de 3 de agosto.

1 — A avalia o sumativa d  origem a uma tomada de decisão sobre a progressão ou a reten o do aluno, expressa através das men es, respetivamente, de Transitou ou de Não Transitou, no final de cada ano, e de Aprovado ou de Não Aprovado, no final de cada ciclo.

2 — A decisão de transi o para o ano de escolaridade seguinte assume caráter pedagógico, sendo a reten o considerada excecional.

3 — A decisão de reten o só pode ser tomada após um acompanhamento pedagógico do aluno, em que foram traçadas e aplicadas medidas de apoio face às dificuldades detetadas.

4 — Há lugar   reten o dos alunos a quem tenha sido aplicado o disposto nas alíneas a) e b) do n.  4 do artigo 21.  da Lei n.  51/2012, de 5 de setembro.

5 — A decisão de transi o e de aprova o, em cada ano de escolaridade,   tomada sempre que o professor titular de turma, no 1.  ciclo, ou o conselho de turma, nos 2.  e 3.  ciclos, considerem que o aluno demonstra ter adquirido os conhecimentos e desenvolvido as capacidades e atitudes para prosseguir com sucesso os seus estudos, sem prejuízo do número seguinte.

6 — No final de cada um dos ciclos, após a formaliza o da avalia o sumativa, incluindo, sempre que aplicável, a realiza o de provas de equivalência   frequência, e,

no 9.º ano, das provas finais do ensino básico, o aluno não progride e obt m a men o de Não Aprovado, se estiver numa das seguintes condi es:

- a) No 1.º ciclo, tiver obtido:
 - i) Men o Insuficiente em Português ou PLNLM ou PL2 e em Matemática; ii) Men o Insuficiente em Português ou Matemática e, cumulativamente, men o Insuficiente em duas das restantes disciplinas;
- b) Nos 2.º e 3.º ciclos, tiver obtido:
 - i) Classifica o inferior a nível 3, nas disciplinas de Português ou PLNLM ou PL2 e de Matemática;
 - ii) Classifica o inferior a nível 3 em três ou mais disciplinas.

7 — No final do 3.º ciclo do ensino básico, a não realiza o das provas finais por alunos do ensino básico geral e dos cursos artísticos especializados implica a sua não aprova o neste ciclo.

8 — As disciplinas de Educa o Moral e Religiosa e de Oferta Complementar, no ensino básico, bem como o Apoio ao Estudo, no 1.º ciclo, não são consideradas para efeitos de transi o de ano e aprova o de ciclo.

9 — No 1.º ano de escolaridade não há lugar a reten o, exceto nos termos do disposto no n.º 4.

10 — Um aluno retido nos 1.º, 2.º ou 3.º anos de escolaridade pode integrar a turma a que pertencia por decisão do diretor, sob proposta do professor titular de turma. A avalia o/progressão dos alunos abrangidos por medidas adicionais de suporte   aprendizagem e   inclusão realiza-se atendendo a critérios específicos nos termos definidos no Relatório Técnico Pedagógico (RTP) e Programa Educativo Individual (PEI).

No final do seu percurso escolar, todos os alunos têm direito   emissão de um Certificado e Diploma de conclusão da Escolaridade Obrigatória, de acordo com o artigo 30.º do Decreto-Lei N.º54/2018 de 06 de julho.

No caso dos alunos com adapta es curriculares significativas, no Certificado, deve constar o ciclo ou nível de ensino concluido e a informa o curricular relevante do PEI, bem como as áreas e experiências desenvolvidas ao longo do Plano Individual de Transi o (PIT).

6. CRITÉRIOS GERAIS

A elaboração dos critérios de avaliação específicos de cada disciplina do Ensino Básico deverá basear-se na seguinte matriz:

AVALIAÇÃO					
CRITÉRIOS TRANSVERSAIS	MUITO BOM 5	BOM 4	SUFICIENTE 3	INSUFICIENTE 2	MUITO INSUFICIENTE 1
Conhecimento (Aquisição/aplicação das AE)	O aluno: - Adquiriu e aplicou todas as AE no domínio/tema.	O aluno: - Adquiriu e aplicou a maioria das AE no domínio/tema.	O aluno: - Adquiriu e aplicou algumas das AE no domínio/tema.	O aluno: - Adquiriu e aplicou poucas AE no domínio/tema.	O aluno: - Não adquiriu nem aplicou as AE no domínio/tema.
Participação e Responsabilidade	O aluno: - Adotou uma atitude bastante participativa e responsável durante a aplicação das AE e/ou outras;	O aluno: - Adotou uma atitude participativa e responsável na maior parte do tempo em que aplicou as AE e/ou outras;	O aluno: - Adotou por vezes uma atitude participativa e responsável durante a aplicação das AE e/ou outras;	O aluno: - Adotou uma atitude pouco participativa e responsável durante a aplicação das AE e/ou outras;	O aluno: - Não adotou uma atitude participativa e responsável durante a aplicação das AE e/ou outras;
Cooperação e Relacionamento interpessoal	O aluno: - Mostrou sempre uma atitude colaborante e um relacionamento bastante adequado com todos os intervenientes do processo de ensino/aprendizagem/avaliação.	O aluno: - Mostrou uma atitude colaborante e um relacionamento adequado com todos os intervenientes do processo de ensino/aprendizagem/avaliação.	O aluno: - Mostrou por vezes uma atitude colaborante e às vezes um relacionamento adequado com todos os intervenientes do processo de ensino/aprendizagem/avaliação.	O aluno: - Mostrou uma atitude pouco colaborante e um relacionamento pouco adequado com todos os intervenientes do processo de ensino/aprendizagem/avaliação.	O aluno: - Não mostrou uma atitude colaborante nem um relacionamento adequado com todos os intervenientes do processo de ensino/aprendizagem/avaliação.

A avalia o final reflete os elementos avaliativos recolhidos de acordo com o quadro anterior, ao longo do ano letivo e o benefício do aluno quando o percurso evolutivo for positivo.

7. REFERENCIAL PARA ATRIBUI O DE NÍVEIS DE CLASSIFICA O

A informa o recolhida, resultante da permanente observa o e monitoriza o da prática letiva, fornece ao professor, ao aluno e ao encarregado de educa o um conjunto de dados essenciais sobre o desenvolvimento do trabalho, a qualidade das aprendizagens e os percursos para a sua melhoria.

A qualidade da informa o obtida resulta da diversidade e diferencia o pedagógica da prática letiva e da sua articula o com a diversidade de processos de recolha de informa o.

A análise dos dados recolhidos deve ter a colabora o do aluno e a triangula o das perspetivas de diferentes avaliadores acerca do que os alunos sabem e são capazes de fazer.

7.1 Terminologia classificativa

Nos processos de recolha de informa o aplicados, a classifica o deve ser atribuída de acordo com as men o es qualitativas e escala percentual constantes do quadro seguinte:

Escala percentual	Men�o qualitativa	N�vel
0 – 19%	Muito Insuficiente	1
20 – 49%	Insuficiente	2
50 – 69%	Suficiente	3
70 – 89%	Bom	4
90 – 100%	Muito Bom	5

No 1  ciclo do ensino básico, a informa o resultante da avalia o sumativa interna conduz   atribui o de uma men o qualitativa de Insuficiente, Suficiente, Bom ou Muito Bom, acompanhada de uma síntese descritiva sobre a evolu o das aprendizagens do aluno.

Nos 2 , 3  ciclos esta informa o   traduzida através de classifica o, numa escala de 1 a 5, em todas as disciplinas.

7.2 Crêterios de classifica o

Os cr terios de classifica o concretizam-se da seguinte forma:

- Identificando, a partir da planifica o das aprendizagens, qual o objeto e contexto sobre que deve incidir.
- Produzindo processos de recolha de informa o concebidos   medida para esse objeto e contexto.
- Aplicando-se de um modo contínuo e sistemático, em permanente feedback e retorno, com os alunos, num processo de regula o e autorregula o das aprendizagens.

Nos cr terios de avalia o deve ser enunciado um perfil de aprendizagens específicas para cada ano ou ciclo de escolaridade, integrando descritores de desempenho, em consonância com as Aprendizagens Essenciais e as áreas de competências inscritas no Perfil dos Alunos   Saída da Escolaridade Obrigatória. Os cr terios de avalia o devem traduzir a importância relativa que cada um dos domínios e temas assume nas Aprendizagens Essenciais, designadamente no que respeita   valoriza o da competência da oralidade e   dimensão prática e ou experimental das aprendizagens a desenvolver.

8. CRITÉRIOS DE AVALIA O ESPECÍFICOS

Os cr terios de avalia o específicos encontram-se na página do Agrupamento, organizados por nível de ensino, departamento e disciplina.

9. CRITÉRIOS GERAIS DE AVALIAÇÃO PARA OS ALUNOS COM MEDIDAS SELETIVAS OU ADICIONAIS ABRANGIDOS PELO DECRETO-LEI Nº54/2018

A escola deve reconhecer a mais-valia da diversidade dos seus alunos, encontrando formas de lidar com essa diferença, adequando os processos de ensino às características e condições individuais de cada aluno, mobilizando os meios de que dispõe, para que todos aprendam e participem na vida da comunidade educativa. Isto implica o reforço da

intervenção dos docentes de educação especial, enquanto parte ativa das equipas educativas na definição de estratégias e no acompanhamento da diversificação curricular. Será necessário identificar as barreiras à aprendizagem com que o aluno se confronta, apostando na diversidade de estratégias para as ultrapassar, de modo a assegurar que cada aluno tenha acesso ao currículo e às aprendizagens, levando todos e cada um ao limite das suas potencialidades. Esta abordagem baseia-se em modelos curriculares flexíveis, no acompanhamento e monitorização sistemáticas da eficácia do contínuo das intervenções implementadas, no diálogo dos docentes com os pais ou encarregados de educação e na opção por medidas de apoio à aprendizagem, organizadas em diferentes níveis de intervenção, de acordo com as respostas educativas necessárias para cada aluno adquirir uma base comum de competências, valorizando as suas potencialidades e interesses. Os alunos que beneficiam de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, seletivas e adicionais (exceto as adaptações curriculares significativas) são avaliados pelos critérios definidos nas várias disciplinas, explicitando-se todas as adaptações de que usufruem nos seus documentos de suporte, como o Relatório Técnico Pedagógico (RTP), onde se clarificam outras medidas de apoio. Os alunos com adaptações curriculares significativas, expressas no Programa Educativo Individual, veem neste documento explicitados também todos os



critérios de ponderação de cada uma das áreas a avaliar, tendo em linha de conta o Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória.

Procura-se garantir que o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória seja atingido por todos, ainda que através de percursos diferenciados, os quais permitem a cada um progredir no currículo com vista ao seu sucesso educativo.